



Instituto Pasteur, vinculado à Secretaria da Saúde

Pesquisadores pertencentes aos quadros dos institutos públicos estaduais (IPPs) denunciam processo de desmantelamento, provocado pela queda nos orçamentos e baixos salários que resultam em evasão de profissionais. Além disso, a política do Governo estadual para os IPPs inclui dois fatores de privatização: a criação, em 2000, de uma agência, a Apta, voltada para os “agronegócios”, e a apresentação, em 2005, de um projeto da lei paulista de inovação tecnológica

Daniel Garcia



INSTITUTOS PÚBLICOS DE PESQUISA SOB AMEAÇA

Michele da Costa e Natalia Guerrero
Jornalistas

As perdas materiais e humanas dos institutos públicos de pesquisa (IPPs) intensificaram-se nas gestões tucanas do Governo estadual (1995-2006). A drástica redução nos orçamentos, bem como a defasagem salarial dos pesquisadores e funcionários, caracterizam a política aplicada aos IPPs pelos governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin. As conseqüências são a evasão de pesquisadores — os quais, em busca de melhores salários, migram principalmente para as universidades — e enormes dificuldades na administração e no pleno atendimento da demanda, o que coloca em risco a manutenção de serviços fundamentais e estratégicos à sociedade.

Em documento intitulado “Manifesto ao Povo Paulista”, distribuído em setembro de 2005, a Associação dos Pesquisadores do Estado de São Paulo (APqC) afirma estar em curso uma tentativa de desestabilizar o quadro de recursos humanos, com o intuito de passar às mãos da iniciativa privada a responsabilidade pela prestação dos serviços. Na ocasião, estava sendo elaborada a proposta da Lei Paulista de Inovação — que viria a ser apresentada pelo Governo em fevereiro seguinte, tornando-se o PLC 4/2006 (vide p.59).

Embora o quadro de pesquisadores públicos dos institutos tenha sido reposto no ano passado (670 contratações, perfazendo um quadro total de 1.750 pesquisadores), a falta de solução para a histórica defasagem

salarial da categoria já provoca novas baixas. José Eduardo Tolezano, pesquisador do Instituto Adolfo Lutz e presidente da Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral (CPRTI) da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, estima que pelo menos 10% dos novos pesquisadores já deixaram seus cargos. Outros tantos nem chegaram a assumir, já que não é difícil encontrar no mercado privado, e até mesmo no setor público, melhores salários e condições de trabalho.

Comparativo da CPRTI aponta que em relação a outras instituições públicas, como os institutos de pesquisa do governo federal e as universidades paulistas, os salários oferecidos pelos IPPs são 55% mais baixos, em média. Quanto aos funcionários de apoio, além dos salários que não garantem sua subsistência, segundo a APqC, a maior cobrança é pela implantação de um plano de carreira.

O Instituto Florestal tem apenas 1.100 funcionários, entre pesquisadores (100), vigias e funcionários de apoio, para cuidar de 900 mil hectares de parques, reservas e outras áreas

A CPRTI reúne dados sobre os institutos, no período 2002-2005, que incluem orçamentos anuais,

quadros e salários, para elaborar um diagnóstico da situação e subsidiar a definição de melhorias. “Os orçamentos estão cada vez menores, defasados. Os institutos têm enfrentado dificuldades, devido também à pouca flexibilidade de gestão administrativa”, avalia Tolezano. O presidente da comissão afirma que a queda nos orçamentos dos IPPs ocorre há mais de uma década. A defasagem salarial dos pesquisadores se agravou em 1989, quando as universidades passaram a gozar de autonomia de gestão financeira, enquanto os IPPs continuaram subordinados ao Estado. “Nos últimos dois ou três governos estes problemas vêm ficando mais nítidos”, acrescenta Tolezano. Graças a informações obtidas com pesquisadores, foi possível identificar estas perdas em alguns institutos.

O pesquisador Marco Antonio Teixeira Zullo, assistente de direção do secular Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), informa que o orçamento anual era de 21 milhões de dólares, entre 1993 e 1994, enquanto hoje caiu para 17 milhões de dólares. Queda acentuada, apesar do crescimento registrado nos últimos anos — de 6% em 2004 e 7% em 2005. O diretor-geral do IAC, Orlando Melo de Castro, justifica a estagnação do orçamento nos anos anteriores pela queda na arrecadação de impostos do Estado, decorrente de recessão econômica. “Acredito que hoje a situação é mais saudável e há espaço para rever a questão dos salários”, pondera ele.

Outro exemplo é o Instituto Florestal, que tem um quadro de apenas 1.100 funcionários, entre pesquisa-



IPPs como o Butantan gozam de reconhecimento

dores (100), vigias e funcionários de apoio, para cuidar de 900 mil hectares de parques, reservas ecológicas e áreas de uso sustentável, que correspondem a aproximadamente 3% do território do Estado de São Paulo. Os números aproximados foram passados pelo pesquisador Luís Alberto Bucci, ex-diretor do instituto (2000-2001). Ele acredita que seriam necessários 2.600 funcionários. “As unidades ficam vulneráveis. É comum o roubo de palmito, plantas e a caça de animais. As ações de combate a incêndio também ficam prejudicadas”, comentou.

Antonio Carlos Pimentel Wutke, pesquisador aposentado pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), faz um retrospecto das lutas da categoria dos pesquisadores públicos, recordando os momentos decisivos do movimento pela implantação da carreira, que se



Daniel Garcia

internacional

tornou lei em 1975. Em 1974, relata, o Conselho do IAC precisou fazer uma representação para o Governo estadual, dada a situação crítica a que se chegara: “O Instituto tinha perdido muita gente, mais de 70 pesquisadores. A maioria foi para as universidades”, lembra-se. Uma situação semelhante à atual.

“Ficam transformando institutos e universidades em uma rede de assistência técnica. O instituto perde a liberdade de pesquisa não relacionada a lucro”, protesta o pesquisador Antonio Wutke

Wutke, hoje com 75 anos, é reconhecido por toda a categoria como uma voz incansável na luta por melhores salários, condições de trabalho e o bom funcionamento dos institutos públicos de pesquisa. Depois de 37 anos de carreira como pesquisador científico do IAC, período que inclui sua participação ativa na formação da APqC, em 1978, e a presidência da CPRTI, ele revela que aposentou-se, em 1994, porque não conseguia conviver com a situação “agonizante” do instituto — sua “segunda casa”, como gosta de dizer.

O declínio orçamentário, explica Wutke, não é obra exclusiva das gestões do PSDB. O pesquisador menciona um estudo que demonstra a queda vertiginosa dos orçamentos de alguns IPPs entre 1980 e 1985. “Ao final do período, somados os orçamentos dos cinco institutos subordinados à Secretaria de

Agricultura, o valor correspondia ao orçamento que o IAC tinha sozinho em 1979”, relembra.

Ele acredita que interesses econômicos de alguns grupos estão desvirtuando a função social dos institutos. “Ficam transformando os institutos e as universidades em uma rede de assistência técnica. O instituto perde a liberdade de pesquisa isenta, não relacionada a lucro. Muita gente vê estas instituições como um ‘porta-aviões’, onde tem a sua base, porque não quer se arriscar de todo na iniciativa privada”, protesta.

Régis Norberto Carvalho, presidente da Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), informa que os repasses anuais do Estado ao instituto correspondem a aproximadamente metade do que eram há 12 anos. A comparação do quadro de funcionários também chama a atenção: 2,5 mil em 1994; cerca de 800 hoje. Ao contrário dos outros 17 institutos do Estado, o IPT, vinculado à Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, é uma empresa de economia mista, em que o Governo figura como acionista majoritário. Por isso pode prestar serviços remunerados a entes públicos ou privados. Apesar disso, criou-se no IPT a esdrúxula figura de uma “fundação de apoio”, a Fipt (*Revista Adusp* 36, p. 52).

Outro instituto vinculado formalmente à Secretaria de Ciência é o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), que, assim como o IPT, localiza-se no campus da USP. No entanto, o Ipen tem uma curiosa natureza dúplice, pois subordina-

Daniel Garcia

**Bucci, do Instituto Florestal****Instituto Florestal, ligado à Secretaria do Meio Ambiente**

se de fato à Comissão Nacional de Energia Nuclear, órgão federal.

A Secretaria de Planejamento do Estado foi procurada pela reportagem da *Revista Adusp* para dar informações sobre as finanças dos IPPs, mas não atendeu ao pedido.

Agência encarregada de “gerar e transmitir conhecimento científico para os agronegócios”, a Apta baseia-se no entendimento de que os “institutos não têm futuro dentro da administração direta”

Outra perturbadora amostra do processo de privatização dos institutos, na opinião de alguns dos pesquisadores ouvidos, foi

a criação, na segunda gestão Covas (Decreto 44.885/2000), da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), órgão que abarcou os seis institutos de pesquisa ligados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento — Agrônomo de Campinas (IAC), Biológico (IB), de Zootecnia (IZ), de Pesca (IP), de Economia Agrícola (IEA) e de Tecnologia dos Alimentos (Ital) — e cuja “missão” declarada é a de “gerar, adaptar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos para os agronegócios, visando o desenvolvimento sócio-econômico e o equilíbrio do meio ambiente”.

A Apta foi consolidada sob Alckmin por meio da Lei Complementar 895/2001 e do Decreto 46.448/2002. “Regular ou gerenciar, eis a questão”, resume ironicamente Manoel Leme, vice-presidente da APqC. Leme chama a atenção para a força “poderosíssima” que os seis institutos repre-

sentam e lamenta o que considera a desvalorização do setor público, decorrência do caminho neoliberal seguido pela chamada “agenda do desenvolvimento”, da qual a Apta seria um instrumento.

Wutke, um dos opositores da Apta desde seu surgimento, qualifica a agência como uma violação frontal da Constituição, pois estabelece uma ingerência externa nos institutos, tanto no que diz respeito às suas linhas de pesquisa quanto ao seu financiamento. “Covas e Alckmin rasgaram a Constituição do Brasil”, protesta. Para o pesquisador, a Emenda 11 do artigo 207 não deixa margem para interpretação quando concede aos institutos de pesquisa o mesmo tratamento dedicado às universidades: autonomia didático-científica e de gestão financeira e patrimonial.

Em artigo para a *Folha de S. Paulo*, publicado em 2002, Wutke também criticou o fato de, ini-

CARÁTER PRIVATISTA DA LEI PAULISTA DE INOVAÇÃO SUSCITA FORTES CRÍTICAS

A possibilidade de privatização dos institutos, que já vinha sendo denunciada por entidades representativas da categoria, concretizar-se-ia por intermédio da venda para a iniciativa privada do conhecimento e tecnologia gerados pelo Sistema, com garantias de exclusividade para os compradores, que também poderiam utilizar-se de espaços, equipamentos, servidores e até de recursos públicos. Tudo isso está previsto na versão original do Projeto de Lei Complementar (PLC) 4/2006, do Governo do Estado, também conhecido como Lei Paulista de Inovação, que está pronto para ser votado em regime de urgência na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Embora justificada pela necessidade de incremento ao setor produtivo com inovações em ciência e tecnologia (C&T), a exemplo da Lei de Inovação Tecnológica federal, alguns pontos cruciais da proposta vêm recebendo, tanto quanto sua congênere, duras críticas dos trabalhadores do setor e de parlamentares da oposição. Eles tentam, através de emendas, retirar o que chamam de “caráter privatista” do PLC. As conseqüências de uma eventual aprovação do PLC 4/2006 seriam desastrosas, avalia a APqC.

Entre os argumentos alinhados na exposição de motivos anexa ao PLC 4/06, assinada por João Carlos de Souza Meirelles (então secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico),

Daniel Garcia



Percy Vieira, presidente da APqC

está a incumbência do Estado de “propiciar meios para estimular a inovação tecnológica em ambiente produtivo”. Um dos pontos que mais preocupam a APqC é a possibilidade de uma única empresa vir a deter uma determinada tecnologia desenvolvida por um instituto ou centro de pesquisa público. Neste contexto, além dos aspectos sociais, a associação aponta inconstitucionalidade, já que a Constituição Estadual (artigo 269, parágrafo 1º, alínea 4) garante à população acesso aos benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico.

O pesquisador Régis Norberto Carvalho, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia do Estado (Sintpq) no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e presidente da Associação dos Funcionários do IPT, é a favor de uma lei paulista de inovação no tocante à aproxima-

ção entre os institutos e a iniciativa privada, pois acredita que os investimentos empresariais fomentariam a pesquisa, mas discorda de vários pontos do PLC. Destaca entre eles o que permite ao pesquisador se ausentar da função por até quatro anos, para prestar serviços à iniciativa privada ou empresa própria, com o objetivo de explorar sua criação, sem perder o cargo público. “O instituto poderá ficar sem retorno do investimento”, adverte.

A lei proposta também permitiria ao pesquisador afastar-se de suas funções, neste caso sem prejuízo dos vencimentos, para prestar colaboração ou serviço a outro instituto ou centro de pesquisa. A APqC acredita que esse dispositivo está relacionado à qualificação de instituições privadas — supostamente sem fins lucrativos — como organizações sociais (OS), possibilidade prevista no PLC.

“Nas organizações sociais o pessoal das instituições científicas e tecnológicas do Estado de São Paulo seria alocado sem prejuízo de vencimentos, mas com ônus para a origem (o Governo do Estado), conforme o artigo 16 da Lei Complementar Estadual 846/98”, destaca o presidente da APqC, Percy Corrêa Vieira, em documento intitulado “Carta aos Deputados”, encaminhado aos parlamentares no início de abril de 2006. A proposta assegura, ainda, ao pesquisador (ou aluno pós-graduando) dessas insti-

tuições, participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração de criação de sua autoria, mas sem proporções definidas.

No entendimento da APqC, que representa 1.400 dos aproximadamente 2.000 pesquisadores do Estado, a inserção das OS no Sistema estadual de ciência e tecnologia traria conseqüências negativas à sociedade democrática. “Estas OS absorveriam atividades dos institutos, pois retirariam deles certas atribuições através de contratos de gestão. Este é o retrato de uma visão neoliberal privatista, do estado mínimo. A conseqüência é a privatização da tecnologia. O privado poderá tirar patente, então o conhecimento não será mais de domínio público”, adverte Vieira, que é pesquisador do Instituto Geológico.

Segundo a APqC, o Concite criado pelo PL 4/06 é um “conselho chapa branca”, pois “secretários de Estado estão duplamente representados”, ao passo que os pesquisadores e entidades como a SBPC não têm representantes

Ele alerta, ainda, na “Carta aos Deputados”, que as OS não precisam contratar mediante concurso público e suas atividades não estão sujeitas à Lei de Licitações e nem à ação de órgãos fiscalizadores da correta aplicação de recursos públi-

cos, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE). “Tudo isso utilizando verbas públicas, espaços públicos, instalações públicas, servidores públicos etc., continuando, não obstante, como associações de direito privado, nas quais é vedada a interferência estatal. Os institutos de pesquisa são instrumentos de Estado e a Série de Classes de Pesquisador Científico uma carreira de Estado. É cabível a utilização desses elementos como indutores da inovação nas empresas, mas não como base de sustentação das mesmas”, considera Vieira.

Embora o Projeto de Lei 244 de 2005, de autoria do deputado estadual Carlos Neder (PT), que regulamenta a criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Concite), já estivesse tramitando na Alesp desde abril de 2005, a atualização da composição do Concite, com maior participação de representantes empresariais, está prevista na proposta de Lei Paulista de Inovação. A APqC questiona a legalidade deste Concite, regulamentado por decreto (40.150/1995), e ativo participante da elaboração da pretendida Lei Paulista de Inovação. Conforme o artigo 269 da Constituição Estadual, onde consta a criação do Concite, este teria de ser organizado e composto por lei, submetida à apreciação da Alesp.

“O colegiado que elaborou o projeto não é o Concite previsto na Constituição Estadual. Portanto o projeto apresenta vício de origem. Além disso, na proposta não há representação dos pesquisadores e entidades de classe, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Por outro lado,



Régis Carvalho, do IPT

secretários de Estado estão duplamente representados, e a iniciativa privada conta com oito assentos. É um conselho chapa branca”, acusa Vieira. A APqC também enxerga ilegalidade no PLC 4/2006 devido à falta de consulta prévia à Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral (CPRTI), responsável por avaliar a produtividade e qualidade do trabalho dos pesquisadores para determinar a classe salarial de cada um, conforme previsto na Lei Complementar 695 de 1992.

A própria CPRTI tem posição contrária à proposta do governo paulista. O presidente da comissão, José Eduardo Tolezano, pesquisador do Instituto Adolfo Lutz, chama a atenção para o risco de desorganização de alguns dos serviços prestados hoje pelos institutos de pesquisa: “Ou tem ociosidade, e isso não acontece, ou haverá a descontinuidade de trabalhos em andamento. Não consigo conceber algumas atividades, como controle

de medicamentos, alimentos, ações em epidemias, deixarem de ser obrigação do Estado”, critica Tolezano.

A versão inicial do projeto recebeu 57 emendas, algumas incorporadas ao relatório final, elaborado pela Comissão Permanente de Cultura, Ciência e Tecnologia. “Neste projeto existe uma série de mecanismos que misturam o público e o privado”, critica o deputado Carlos Neder (PT). “A transferência de conhecimentos seria feita sem contrapartida do setor privado. Além disso, é prevista a regulamentação por decreto, que é a mesma coisa que dar um cheque em branco ao governo”, avalia o parlamentar.

Quem também tem pressionado os deputados para viabilizar emendas de seu interesse é a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), como noticiou o sítio *Inovação-Unicamp*. Entre outras coisas, a Fiesp quer eliminar a necessidade de licitação (concorrência pública) para a compra de tecnologias com exclusividade e incluir prazo para que o governo elabore um outro projeto de lei para dar incentivos fiscais às empresas que investirem em inovação tecnológica.

O professor Ricardo Neder, da Unesp de Rio Claro, acredita que as inovações tecnológicas geradas pelos IPPs podem ser voltadas à iniciativa privada, mas em casos específicos e que não interfiram diretamente nos custos de produtos indispensáveis à população em geral. Ele

exemplifica com os remédios genéricos e de uso contínuo, como a insulina (usada no controle do diabetes), cujas formulações devem ser de domínio público. Por outro lado, Neder teme o comprometimento de princípios básicos da Ciência, entre os quais neutralidade e autonomia.

“Justificam que os *royalties* (obtidos com a venda de tecnologias) custeariam universidades, mas o setor privado não faz nada de graça”, comenta. Além da necessidade de valorização dos IPPs, entre as soluções apontadas por ele também está o que chama de “maior capilaridade”, com a aplicação em larga escala das tecnologias desenvolvidas por pesquisadores públicos no setor público. O professor acredita que isso se daria, prioritariamente, através das prefeituras, que têm responsabilidade direta com a prestação de serviços essenciais, como saúde, saneamento, preservação do meio ambiente e alimentação.

Na “Carta aos Deputados”, a APqC pede a retirada da urgência na tramitação do PLC 4/2006, ou até mesmo a retirada do projeto, para que uma nova proposta seja encaminhada à Alesp com tempo suficiente para ser discutida amplamente por toda a sociedade. A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado foi procurada pela reportagem para responder às críticas, mas não atendeu ao pedido de entrevista.

cialmente, o Governo haver realizado por mera formalidade uma consulta à CRPTI, “um órgão normativo, decisório por lei”, e posteriormente ter desconsiderado o parecer da comissão, desfavorável à Apta. “Cabia ao governador conformar-se com a negativa ou recorrer ao Poder Judiciário para tentar superá-la”, escreveu. “Preferiu, entretanto, o senhor governador usar o rolo compressor da máquina governamental”, sustentou no artigo.

Após o advento da Apta, a estrutura de funcionamento dos institutos teria sofrido alterações para pior, segundo Wutke, que exemplifica citando a extinção de seções, substituídas por centros, acabando com alguns postos de chefia e submetendo o trabalho dos grupos a uma “diretoria distante, até mesmo geograficamente”. Além disso, haveria uma dependência mais forte das chamadas “parcerias”, constituindo por vezes entrave à autonomia da atividade de pesquisa. O pesquisador se inquieta com a tendência do Governo de se eximir da responsabilidade perante os institutos dessa forma, abrindo espaço para a influência dos interesses particulares. “Que particular vai financiar exclusivamente o interesse nacional só porque acha que tem que ser feito?”

Wutke denuncia o que considera um descaso com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, cujas contribuições históricas “qualquer país se orgulharia de ter”. Ele cita como exemplo a renovação da cafeicultura, baseada em varieda-

INSTITUTOS SÃO 19

Os Institutos Públicos de Pesquisa do Estado de São Paulo e a quais secretarias estão ligados:

- *Agricultura*: Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Instituto Biológico, Instituto de Economia Agrícola, Instituto de Pesca, Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), Instituto de Zootecnia (IZ)

- *Planejamento*: Instituto Geográfico e Cartográfico

- *Saúde*: Superintendência do Controle de Endemias (Sucen), Instituto de Saúde, Instituto Pasteur, Instituto Lauro de Souza Lima, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Instituto Butantan e Instituto Adolfo Lutz

- *Meio Ambiente*: Instituto de Botânica, Instituto Florestal e Instituto Geológico

- *Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo*: Instituto Paulista de Tecnologia (IPT) e Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen)



Instituto Adolfo Lutz, também ligado à Secretaria da Saúde

des desenvolvidas no IAC. “Não queremos ficar presos ao rococó. É preciso evoluir, sim, mas sem destruir o que a comunidade fez ao longo de 100 anos”, diz. Manoel Leme endossa a necessidade premente de se investir na pesquisa: “Educação e ciência e tecnologia são duas faces da mesma moeda. Se se joga em educação e ciência e tecnologia, não há o que temer”.

O diretor do IAC, Orlando de Castro, confirma a redução do número de cargos e a extinção de 37 seções técnicas. Também admite

a redução no número de pesquisas, mas afirma que muitas delas eram repetitivas, e que a intenção da agência é “desburocratizar” as ações do instituto.

“Os institutos não têm futuro dentro da administração direta, centralizada”. Essa é a opinião do coordenador da Apta, Luiz Fernando Ceribelli Madi, que acredita que os institutos precisam rever seu modelo jurídico para adquirir agilidade administrativa e atender à demanda do mercado, “exageradamente dinâmico”. Madi afirma que



Daniel Garcia

Tolezano, da CPRTI



NOVO MODELO DE C&T EXIGIRIA ALIANÇA DE IPPs COM MOVIMENTO SOCIAL

Michele da Costa

Mais do que cobrar do Estado que reassuma seu papel de manter adequadamente o Sistema Público de Ciência e Tecnologia, a sociedade, em especial a comunidade científica e acadêmica, pode ir além e propor soluções que passam pela revisão do atual modelo político de ciência e tecnologia (C&T) praticado no Brasil. Afinal, por que os institutos de pesquisa foram criados e a quem beneficia sua privatização? Quais os interesses em jogo? Quem faz o convite à reflexão é Renato Dagnino, professor titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Dagnino aprofundou a análise do tema depois de participar do debate “Os Institutos Públicos de Pesquisa e o Desenvolvimento do Estado de São Paulo”, realizado na Assembleia Legislativa em 13 de setembro de 2005. O trabalho que apresentou, “A adequação sócio-técnica como insumo para a recuperação dos Institutos Públicos de Pesquisa”, realizado em parceria com Henrique Novaes, analisa desde as motivações históricas de criação dos IPPs até a proposição de um novo modelo político de C&T para o País.

Dagnino acredita que os IPPs foram criados, sem exceção, para atender aos interesses das elites. Os primeiros, na segunda metade do século XIX, “para o tratamento de moléstias (epidêmicas) com alto grau de especificidade, muitas inteiramente desconhecidas na Europa, sendo [tais IPPs] imprescindíveis para os padrões de saúde aceitáveis para as elites locais”. Em seguida vieram os institutos voltados para a produção agropecuária e de recursos naturais. “Estes tinham a função de assegurar as receitas de exportação geradas por produtos que também tinham características distintas dos europeus, vitais para o processo de acumulação de capital que se verificava nas economias latino-americanas”, destacam os autores.

Um outro momento histórico ocorre na década de 1940, com a transição do modelo econômico “primário exportador” para o de “industrialização por substituição de importações”, com a implantação dos institutos de pesquisa tecnológica.

A grande mudança do modelo, que culmina com a situação atual, se dá com a abertura comercial, a partir dos anos 1980, em que o Brasil passa a importar tecnologia em muito maior escala. “Então

há conversas para avaliar qual o melhor modelo jurídico para a Apta (autarquia, fundação, organização social). “Estamos conversando para que o Governo dê um salto para um processo de modernização”, afirma. Da mesma forma, quanto ao financiamento, o coordenador da Apta defende a gestão baseada em um “tripé orçamentário”, composto por Governo (preferencialmente por meio de contratos de gestão), órgãos de fomento (Fapesp, Capes etc), e iniciativa privada, por intermédio de parcerias.

para que produzir aqui se posso comprar lá fora?”, diz Dagnino, ironizando a nova mentalidade. É a partir deste momento que se observa a disfuncionalidade do Sistema de C&T brasileiro. “Institutos e universidades públicas ficam comprometidos com esta mudança radical do modo de acumulação capitalista brasileiro. Essa universidade aqui (Unicamp) é disfuncional para esse modelo. Forma aproximadamente 20 mil entre especialistas, mestres e doutores, por ano, mas apenas 3 mil estão na iniciativa privada fazendo pesquisa”, exemplifica.

Polêmico, Dagnino afirma que os IPPs sempre estiveram a serviço da elite. “Dizem que os IPPs foram muito importantes para os movimentos sociais e satisfizeram as necessidades da população. Mas para quem serviram os IPPs? Para a classe trabalhadora? Não. Mas sim para a acumulação de capital. Primeiro, para garantir a renda da oligarquia rural e salvar a pele da classe burguesa diante das grandes epidemias. Então o Instituto Paulista de Tecnologia (IPT) serviu para a burguesia paulista amontar a mais valia à custa dos trabalhadores. Como estamos sendo açoitados por essa elite suicida brasileira e pelo capital internacional, Banco Mundial, etc., a gente não pode dar a essa ameaça uma resposta corporativa, querendo dizer que no passado a coisa era muito boa. O complexo público precisa buscar novos aliados na sociedade, que não sejam a oligarquia rural, nem a burguesia brasileira, nem as multinacionais,

hoje maiores demandantes de C&T, como sempre”, argumenta o pesquisador da Unicamp.

Dagnino observa que a intenção de privatizar o sistema público de C&T existe há muito tempo, mas as ameaças são cada vez maiores. Segundo ele, as razões estão ligadas à predominância no Brasil, a partir de 1990, do neoliberalismo, que propõe o enxugamento do Estado, e justificam-se pela crise de acumulação do modo de produção capitalista. “Basicamente, existe mais dinheiro do que possibilidade de investí-lo produtivamente. As empresas passam a comprar o Estado para poder continuar acumulando. Essa é a raiz dessa crise que é jogada para cima do Estado, ao contrário do que coloca o neoliberalismo, que mostra o Estado como responsável pela crise, por sua ineficiência, por isso deveria ser privatizado. Não é verdade”.

“Essa elite brasileira é tão míope e corrupta que parece querer é o patrimônio imobiliário do IAC”, diz Dagnino. “O discurso da esquerda e dos IPPs ainda é dirigido às elites. Mas na Argentina os IPPs estão atuando dentro do movimento social”

As perspectivas de um novo modelo para o sistema depen-

deriam, portanto, de uma nova configuração da frente política que atua em sua defesa. “Os aliados têm de ser os movimentos sociais. O problema é que a C&T produzida no atual sistema não é apropriada a estas demandas. A Universidade brasileira está para a Universidade norte-americana assim como a economia brasileira está para a economia dos EUA? Não. Essa é outra disfuncionalidade, a *hi tech* (quando a empresa aplica mais de 4% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento), que na economia dos EUA pesa 16% do PIB. No Brasil, o peso do *hi tech* é 0%. No entanto, as universidades estão formando profissionais *hi tech*, uma imitação dos EUA”, discorre o professor.

Ele defende que a ciência seja construída socialmente. “As cooperativas, catadores de lixo, etc., não dispõem de tecnologia adequada, pois tudo que move a roda da tecnologia são as empresas, o capital. A ciência no mundo é do homem branco, não da mulher negra. Temos que fazer a desconstrução dessa tecnologia, que tem de ser redesenhada conforme as necessidades dos movimentos sociais”, explica.

Dagnino acredita que a alteração do modelo depende da intervenção popular, especialmente dos setores diretamente envolvidos. “Temos que intervir para colocar outro projeto em prática. Essa elite brasileira é tão míope e corrupta que me parece que o quer é o patrimônio imobiliário desses institutos. Quanto você acha que

vale o IAC? Vão jogar tudo abaixo e construir torres gêmeas, e na Fazenda Santa Eliza, que tem 712 hectares, farão um condomínio de luxo. Mas esse perigo iminente não pode ofuscar nossas mentes. A reflexão é ainda mais necessária neste momento. O discurso da esquerda universitária e dos IPPs ainda é dirigido às elites. Na Argentina, IPPs estão indo para dentro dos movimentos sociais e desenvolvendo tecnologia com eles. No Brasil, que eu saiba, isso não acontece nem de forma esporádica”.

A APqC, no “Manifesto ao Povo Paulista”, distribuído no debate de 13 de setembro último, acusa, sem entrar em detalhes, a existência de interesses de grupos econômicos que atuam no campo dos agronegócios, indústria farmacêutica, ecoturismo predatório e especulação imobiliária. Conforme o raciocínio da associação de pesquisadores, seria interessante para esses grupos terem livre acesso aos institutos, entre outras coisas, para “dominar processos produtivos de determinados bens e insu- mos decorrentes da pesquisa e que acabam, por força de lei, sendo colocados no livre mercado, forçando a competição e consequentemente preços acessíveis a produtos indispensáveis para a saúde e bem-estar da população”.



Professor Renato Dagnino, da Unicamp

Segundo o manifesto dos pesquisadores, entre os interessados também estariam alguns setores da administração pública que, “com o pretexto de buscar a modernização, desejariam, na verdade, vender projetos de seu interesse pessoal” (um tipo de apropriação semelhante ao que ocorre, por intermédio de fundações privadas “de apoio”, nas universidades públicas estaduais e federais).

Sobre a aliança com movimentos populares e mudança do modelo político de C&T, proposto por Dagnino, o presidente da APqC, Percy Vieira, responde: “Tem de atender à demanda da sociedade, todas, inclusive do capital. Isso é relativo, discutível”. Ele considera que os IPPs

Unicamp

não atendem somente às demandas das elites — cita, como exemplo, a perfuração de poços semi-artesianos pelo Instituto Geológico, a partir de 1938, para atender a comunidades carentes. “Depois, a iniciativa privada assumiu essa demanda”, acrescenta. No atual contexto econômico, Vieira acredita que o Brasil deve ter a sua própria tecnologia que lhe permita reduzir consideravelmente as importações.

O diretor-geral do IAC, Orlando Melo de Castro, admite, porém, que as tecnologias desenvolvidas pelo Instituto são, em sua maioria, pautadas e melhor aproveitadas pelos grandes empresários, que têm mais recursos e acesso à informação.

“O problema não é com a geração de tecnologia, que é disponibilizada para todos, mas com a transferência. Buscamos levar esses conhecimentos aos pequenos produtores com os ‘Dias de Campo’ e as publicações na imprensa”, explica. No que diz respeito ao patrimônio imobiliário, Castro relata episódio que demonstra, de fato, o interesse nas terras da Fazenda Santa Eliza. Segundo ele, um grupo dono de um grande *shopping center* de Campinas indagou da possibilidade de pagar para explorar parte da área. O diretor-geral do IAC é a favor da concessão de parte da área, que fica ociosa a maior parte do tempo, mas não aprova a venda.